

Manifesto: Reordenamento somente com participação democrática!

Servidores e servidoras do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) receberam com surpresa o anúncio de que o Governo Federal encaminhou, no dia 31 de março, um Projeto de Lei que divide o Instituto em cinco instituições.

Democracia sem participação efetiva é palavra morta! Ela ganha vida apenas no momento em que as trabalhadoras e trabalhadores de uma sociedade debatem e deliberam sobre suas vidas e seu destino. No intuito de promover o debate com a categoria sobre os rumos de nossa instituição e fortalecer nossa democracia interna, o SinasefeSP apresenta à comunidade do IFSP seu posicionamento a respeito do anunciado reordenamento do IFSP.

História: uma proposta vinda de cima

A ideia de reordenamento nunca partiu da base dos servidores do IFSP, mas de seus gestores. Não foi uma história construída pela categoria. Essa história acompanha o processo de expansão do IFSP pelo estado de São Paulo e sempre partiu da Reitoria em articulação com o Governo Federal do momento. Foi assim nos anos de 2015, 2018 e 2021. O argumento central é o mesmo de sempre: para aumentar a eficiência administrativa e proximidade entre *Reitoria e campi* deve-se realizar o reordenamento: leia-se divisão do IFSP. O grupo político do IFSP que defende essa ideia é o mesmo que comanda o IFSP há mais de uma década, que participou da elaboração do último Projeto de Lei sobre o reordenamento e que o anunciou efusivamente em suas redes sociais.

O Sinasefe-SP diante do reordenamento: a vontade da categoria

Com relação ao Sinasefe-SP, nunca partiu do Sindicato e de suas assembleias a proposta de reordenamento do IFSP. Nos debates sobre os rumos de nossa instituição a ênfase sempre foi a de **respeitar a vontade da categoria e suas condições de trabalho, promover o debate democrático, a consulta interna e respeitar as diretrizes educacionais dos Institutos Federais.** No ano de 2021, quando MEC anunciou uma proposta de reordenamento dos Institutos Federais sob o argumento da maior eficiência administrativa (o mesmo da atual Reitoria), o Sinasefe-SP enviou documento à SETEC-MEC alertando sobre as dificuldades orçamentárias da divisão e que a prioridade deveria ser a melhoria dos *campi* existentes. Em consulta feita à comunidade do IFSP, a maioria dos 760 que responderam sobre o tema afirmaram serem contrários à divisão do IFSP, posto que o tema mereceria maior discussão e análise. Naquele mesmo momento, os pontos elencados pelo Sinasefe-SP a serem levados em consideração no debate sobre reordenamento foram: **consulta pública interna, construção democrática e articulação em rede, recomposição orçamentária e incremento de infra-estrutura e de força de trabalho; garantia dos princípios que orientam a missão institucional dos Institutos Federais.** Tais princípios ainda constituem uma referência para o debate atual.

Considerações sobre a atual proposta: riscos e o debate necessário

1. Não houve debate com a comunidade do IFSP: o recém anunciado projeto de criação de 4 novas reitorias foi feito sem nenhuma - nenhuma! - discussão com a comunidade do IFSP e tendo por fundamento a ideia da eficiência administrativa de melhoria na distribuição de recursos. Lembremos: o IFSP é uma construção coletiva de anos da categoria e dos estudantes, os quais devem ser ouvidos a respeito do que será feito com essa obra coletiva.

2. Quem serão os novos reitores? Caso ocorra o reordenamento, os reitores serão nomeados com base em quais critérios? Fidelidade e proximidade ao atual reitor e às forças políticas locais? Também não há garantias de que a criação das novas reitorias aconteça até o final do atual governo, o que torna esse processo mais incerto para 2027 diante das eleições deste ano e dos riscos representados pelo retorno da extrema direita ao Governo Federal.

3. Precarização das condições de trabalho com o reordenamento: apesar da expansão da rede, o orçamento da educação federal permanece proporcionalmente o mesmo de 2016. Isso repercute diretamente nas condições de trabalho das servidoras e servidores do IFSP. Por outro lado, ainda não foram implementados os concursos para preencher as vagas dos novos *campi*, o que implica no risco das futuras reitorias terem de funcionar, por muito tempo, “roubando” colegas do chão dos diferentes *campi*. Entendemos que tudo isso é filho legítimo da política organizada ao redor do problemático novo teto de gasto (arcabouço fiscal), que limita fortemente a capacidade de gasto público do estado brasileiro. Sem uma mudança – derrubada! – deste vínculo, a situação de precariedade no IFSP (com ou sem múltiplas reitorias) permanecerá a mesma.

4. Um projeto errático e produzido no gabinete: O IFSP acabou de inaugurar uma nova sede, investindo milhões para construir um prédio todo equipado para a reitoria, em detrimento de investimentos urgentes nos *campi*. Com a divisão todo este investimento de dinheiro coletivo, beneficiará apenas uma determinada reitoria.

5. Em oposição à visão dos gestores, um projeto feito pelos servidores e servidoras: como vimos, há muitas dúvidas sobre a real necessidade de um reordenamento do IFSP e em quais termos. Em oposição aos gestores – e ao governo -, entendemos que o ponto principal não são os números ou o reordenamento administrativo em si, mas a qualidade das relações de trabalho e de implementação de nosso projeto educacional. Numa real democracia, o que é substantivo e qualitativo deve se sobrepor ao raciocínio formal-quantitativo. A substância e a qualidade de nossa instituição encontram-se em seus estudantes, trabalhadoras e trabalhadores!

Reordenamento somente com participação democrática e com orçamento!

Sinasefe-SP,
Abril de 2026.